



26 DE JANEIRO DE 2016

Terça-feira

- EXPORTAÇÃO GANHA ESPAÇO NO SETOR
- MENOR DINAMISMO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL CONTINUA AFETANDO EMPREGO, DIZ IBGE
- COPEL EMPRESTA R\$ 300 MILHÕES DO BNDES PARA GERAÇÃO EÓLICA
- CSN PODE DEMITIR QUASE MIL PESSOAS EM MINAS GERAIS, AFIRMA SINDICATO
- CSN PARA ALTO-FORNO POR 90 DIAS PARA MANUTENÇÃO EM VOLTA REDONDA
- GM FAZ ACORDO E FUNCIONÁRIOS PODEM VOLTAR AO TRABALHO NESTA TERÇA-FEIRA
- HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ SERÁ REABERTA NESTA QUARTA-FEIRA, APÓS DOIS ANOS
- CONTA DE LUZ PODE FICAR MAIS BARATA NOS PRÓXIMOS MESES, DIZ ANEEL
- FORD FAZ PEDIDO DE ADESÃO AO PPE NA PLANTA DE TAUBATÉ, SP
- FORD DEIXA JAPÃO E INDONÉSIA
- DESEMBOLSOS DO BNDES CAEM 28% EM 2015 E SOMAM R\$ 136 BILHÕES
- DÍVIDA PÚBLICA SOBE 21,7% EM 2015, PARA R\$ 2,79 TRILHÕES, MAIOR DA SÉRIE
- VALE CONSEGUE LIMINAR PARA VOLTAR A EXPORTAR DO PORTO DE TUBARÃO, NO ES
- PRODUÇÃO GLOBAL DE AÇO BRUTO REGISTRA PRIMEIRO DECLÍNIO ANUAL DESDE 2009
- LG E SINDICATO VOLTAM AO TRT PARA DISCUTIR DEMISSÕES EM TAUBATÉ, SP
- DEMITIDOS DA MAXEN PROTESTAM POR ATRASO EM PAGAMENTOS DE RESCISÕES

- ATIVIDADE E EMPREGO DA CONSTRUÇÃO TÊM PIOR DEZEMBRO DA HISTÓRIA
- ARTIGO: CNI DEFENDE MUDANÇA REGULATÓRIA COMO SAÍDA NO SETOR DE PETRÓLEO
- EXPECTATIVA DOS BRASILEIROS PARA INFLAÇÃO SOBE PARA 11,3%, DIZ FGV
- PARA QUE ALGUNS VIVAM, OUTROS TÊM QUE MORRER, DIZ KÁTIA ABREU SOBRE PROTECIONISMO
- ARTIGO: PRA FRENTE, BRASIL!
- NOVA TECNOLOGIA DE MEDIDORES LASER SOLUCIONA O PROBLEMA DA EXPANSÃO TÉRMICA NAS MEDIÇÕES DE DIÂMETROS DE PRECISÃO
- CEO DA DAIMLER DIZ QUE CARROS DA APPLE E GOOGLE ESTÃO A AVANÇAR
- PLENA BUSCA EXPORTAÇÕES PARA ELEVAR FATURAMENTO
- ARTIGO: SISTEMA GERENCIAL EM MOMENTOS DE CRISE: A SIMPLICIDADE ENFRENTA A COMPLEXIDADE
- COBRE OPERA EM ALTA NA LME APÓS AVANÇO DA ÁSIA
- PROJETO FIXA ALÍQUOTA ÚNICA DE ICMS PARA MICROEMPRESA EM SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
- RECEITA CONFIRMA IR DE 25% SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR, MAS ISENTA SAÚDE E EDUCAÇÃO
- SOBRAM RAZÕES PARA O PESSIMISMO DA INDÚSTRIA
- VESTAS INVESTE R\$ 100 MILHÕES EM FÁBRICA NO CEARÁ
- MARK FERRAMENTAS INICIA A PRODUÇÃO DE SUPORTES ISO
- ALÍQUOTA DO AÇO PREOCUPA INDÚSTRIA

CÂMBIO		
EM 26/01/2016		
	Compra	Venda
Dólar	4,080	4,080
Euro	4,421	4,423

Fonte: BACEN

Exportação ganha espaço no setor

26/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A exportação pode tornar-se bastante atraente neste momento para o segmento, mas o presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas do Estado de Minas Gerais (Sindimalhas-MG), Flávio Roscoe Nogueira, alerta que é preciso planejamento para entrar no mercado externo. Segundo ele, esse não é um investimento de curto prazo.

"O contato com o mercado externo é mais complicado e mais difícil para se tornar realidade. O interessante para os outros países é que você forneça de maneira contínua, mas nem sempre isso acontece", afirma.

O gerente de vendas da Cecília Prado, Lourenço Bartholomei, compartilha a mesma opinião e afirma que é preciso tempo para se formar uma boa clientela. Segundo Bartholomei, um dos segredos para se estabelecer como exportador é a originalidade.

"Um dos motivos pelos quais a gente se destaca na exportação é porque temos um produto autoral, não fazemos cópia, porque, por mais que seja uma marca forte no Brasil, no exterior as pessoas compram mais pelo produto do que pela marca".

Menor dinamismo da produção industrial continua afetando emprego, diz IBGE

26/01/2016 – Fonte: EM.com

O menor dinamismo na produção industrial continua pesando sobre o emprego no setor produtivo, afirmou nesta sexta-feira, 22, o pesquisador Rodrigo Lobo, da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em novembro, o nível de pessoal ocupado recuou 7,2% ante igual mês de 2014, a 50ª queda seguida neste tipo de confronto.

"O aprofundamento do quadro negativo no mercado de trabalho industrial é reflexo da produção industrial", disse Lobo. "O quadro é diferente de 2009, quando o Brasil internamente estava bem estruturado e conseguiu se recuperar rapidamente. Agora, não só o mercado externo não se recuperou de forma consistente como o cenário doméstico é mais adverso."

O pesquisador do IBGE citou o aumento dos juros, a redução na confiança, a elevação no desemprego, a perda na renda e a inflação em dois dígitos como fatores que contribuem para reduzir a demanda dos consumidores e, conseqüentemente, afetar a percepção dos empresários.

O setor de meios de transporte, cuja redução de pessoal foi de 14,1% em novembro ante igual mês de 2014, é o mais afetado pela conjuntura. É nele que estão as atividades de veículos e outros equipamentos de transporte.

"Nesse resultado, sobressaem os veículos. Automóveis e caminhões são os dois carros-chefes das demissões, puxando para baixo tanto o emprego quanto o salário", disse Lobo.

Ao mesmo tempo em que demite, a indústria também tem reduzido o número de horas pagas aos seus funcionários, sinal de que a situação ainda não se estabilizou. O indicador de horas é considerado um antecedente: quando sobe de maneira consistente, pode indicar abertura de vagas, mas sua queda pode preceder dispensas.

"A sequência de resultados negativos (no número de horas pagas) permite dizer que o mercado de trabalho continua se ajustando", afirmou o pesquisador do IBGE.

Copel empresta R\$ 300 milhões do BNDES para geração eólica

26/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Copel divulgou nesta segunda-feira (25) que vai receber um financiamento de R\$ 300 milhões do BNDES para um de seus complexos eólicos no Rio Grande do Norte.

Os recursos serão tomados através da emissão de debêntures privados (títulos de dívida da companhia), que serão subscritos pelo BNDES e pelo BNDESPar, o braço de investimentos em participações do banco. Serão duas séries de títulos, uma com juros atrelados à TJLP (taxa de juros de longo prazo) e outra atrelada ao IPCA.

A operação terá carência de seis meses e prazo de pagamento de 16 anos. O prazo longo melhora o perfil da dívida da companhia, que vem elevando seus investimentos em energia eólica nos últimos anos.

O parque gerador que será financiado é o Complexo Eólico Brisa Potiguar, com capacidade instalada de 183,6 MW e em operação comercial desde outubro de 2015. Ele foi adquirido da companhia Casa dos Ventos em 2013 e finalizado no ano passado.

A Copel tem hoje em seu portfólio mais de 300 MW de capacidade instalada de geração eólica e deve chegar a mais de 660 MW em 2019. O investimento total no projeto de expansão nessa fonte de energia será de R\$ 3,5 bilhões.

CSN pode demitir quase mil pessoas em Minas Gerais, afirma sindicato

26/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Sindicato entrou na Justiça do Trabalho contra a empresa alegando que não foi aberta uma mesa de negociações para as demissões

A CSN pretende demitir ao menos 950 pessoas de sua área de mineração, em Contagem, Minas Gerais. De acordo com o sindicato Metabase Inconfidentes, ligado à central CSP Conlutas e que representa os trabalhadores de mineração da região, as demissões foram anunciadas pela própria empresa em reunião ocorrida em 11 de janeiro.

Procurada, a CSN, até a publicação desta reportagem, não havia confirmado ou negado as demissões. De acordo com Rafael Ávila, diretor do Metabase, os 950 demitidos trabalham na mina Casa de Pedra, em Congonhas, e também na mineradora Namisa, controlada pela CSN.

Cade faz intervenção inédita em postos de combustíveis investigados por cartel

Ávila afirmou que no dia em que houve o anúncio das demissões, 230 pessoas foram desligadas, sem que houvesse negociação com o sindicato. Os demitidos, disse ele, são todos funcionários com carteira assinada.

Força de trabalho

O sindicato calcula que 4.500 pessoas trabalham com carteira assinada nas minas. Terceirizados integrariam um grupo de outras 3.000 pessoas. De acordo com Ávila, embora

o sindicato não responda pelos terceirizados da CSN, estima-se que 35% da força de trabalho subcontratada será demitida ainda no primeiro semestre.

O Metabase Inconfidentes entrou na Justiça do Trabalho contra a CSN alegando que não foi aberta uma mesa de negociações para as demissões. O sindicato terá, no próximo dia 27 deste mês, uma audiência na Justiça do Trabalho, em Minas.

Ávila afirma que a empresa alega que o motivo das demissões é a queda do preço do minério de ferro. Ele, contudo, diz que entra na conta também má administração.

"A CSN, de fato, não deu lucro no último trimestre, mas há anos paga altos dividendos aos acionistas quando poderia ter usado parte desse dinheiro para investimentos. Não é justo que o trabalhador pague por isso agora, sem qualquer possibilidade de negociação", disse.

CSN para alto-forno por 90 dias para manutenção em Volta Redonda

26/01/2016 – Fonte: Paraná Online

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) confirmou nesta segunda-feira, 25, a parada para manutenção do alto-forno 2 da usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, desde a madrugada de domingo, 24.

O equipamento ficará desligado por 90 dias. Após esse prazo a siderúrgica deverá avaliar as condições de mercado para então definir se retoma ou não as atividades. A empresa não informou se haverá mais demissões por conta da paralisação da unidade.

O alto-forno 2 responde por 30% da capacidade de produção total da usina, de 5,6 milhões de toneladas de aço ao ano, e tem 250 pessoas diretamente alocadas em sua operação. Segundo apurou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, parte desse pessoal vai atuar na própria manutenção e outros serão deslocados para o alto-forno 3, que concentra 70% da produção da usina.

Em princípio, vale o acordo fechado entre a CSN e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense que prevê o fim das demissões após o corte de 700 pessoas neste mês. Os rumores sobre o fechamento do alto-forno começaram a circular no fim do ano passado, diante do agravamento da crise da siderurgia.

A expectativa do sindicato era que a medida pudesse causar a demissão de 3 mil pessoas, o que levou à mobilização de políticos como o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão.

"Não vai haver demissão agora. A empresa abafou o forno para fazer uma reforma que pode levar de 90 a 120 dias", disse o diretor do sindicato, Carlos Santana. Sindicalistas do setor se mobilizam para ir a Brasília defender ações de desoneração para a siderurgia junto ao governo, como pedem as empresas.

Em meio à crise financeira global, em 2009, a CSN parou o mesmo alto-forno por três meses. Após os reparos e diante de sinais de retomada do setor, a empresa decidiu religar o equipamento, onde o minério de ferro é fundido para a produção de ferro gusa.

Enfrentando uma séria crise financeira, a Usiminas é outra siderúrgica que já parou fornos e começou a desligar também suas coqueiras na sua unidade em Cubatão, Baixada Santista. No fim deste mês, a siderúrgica mineira paralisará, temporariamente, a produção primária da usina, o que deve provocar uma demissão de cerca de quatro mil pessoas entre funcionários diretos e indiretos.

A situação das fabricantes de aço vem piorando nos últimos anos pela combinação de excedente de aço no mercado internacional, forte competição com produtos chineses e a retração da demanda doméstica. A situação se reflete no derretimento do valor de mercado

(medido pela multiplicação da cotação pelo total de ações) das principais companhias do setor com capital aberto nos últimos cinco anos. Em 31 de dezembro de 2010 a CSN valia R\$ 38,8 bilhões na bolsa, a Gerdau R\$ 31,1 bilhões e a Usiminas R\$ 20 bilhões, segundo a Economatica. Em 22 de janeiro de 2016 o valor de mercado das três já estavam em R\$ 4,8 bilhões, R\$ 5,1 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente.

GM faz acordo e funcionários podem voltar ao trabalho nesta terça-feira

26/01/2016 – Fonte: Paraná Online

A GM e representantes dos funcionários do complexo da companhia automotiva em São José dos Campos (SP) entraram em acordo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas. Os empregados devem retornar ao trabalho nesta terça-feira, 26, segundo informou a companhia, após uma semana de greve.

Entre os termos do acordo, ficou acertado que a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) será de R\$ 5.600,00, a ser paga na próxima sexta-feira, 29. A proposta inicial da GM era de R\$ 4.250,00 e os funcionários pediam, até última sexta-feira, R\$ 7.750,00.

Também ficou acertada a compensação, nos próximos seis meses, ou o desconto de metade dos seis dias parados - ou seja, reposição de três dias por parte dos funcionários. A primeira parcela do 13º salário será adiantada, com pagamento previsto para o dia 26 de fevereiro.

A montadora disse, em nota, considerar a decisão positiva, mas destacou que os problemas de produtividade na planta de São José não foram resolvidos.

"A GM acredita que essa decisão é positiva, mas não resolve a situação de competitividade do Complexo de São José dos Campos, visto que a paralisação da operação na fábrica por seis dias só contribuiu para aprofundar a séria crise que afeta hoje a GM e a indústria automotiva."

"A companhia reafirma ainda que fez, desde 2012, todos os esforços para evitar o corte de empregados, incluindo férias coletivas, lay-off, banco de horas e programas de desligamento voluntário", afirmou a companhia em outro trecho da nota.

Representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região não foram encontrados para comentar o acordo desta segunda-feira. Os termos do acordo judicial ainda precisam passar por aprovação em assembleia dos empregados prevista para amanhã.

Os funcionários em greve, na sexta-feira, diziam também protestar contra o não retorno de colegas que estavam em lay-off. Segundo o sindicato, cerca de 600 dos 4.200 funcionários da unidade estavam com contratos de trabalho suspensos há cinco meses e retomariam às atividades agora em janeiro.

A assessoria de comunicação da montadora esclareceu ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, que, em agosto de 2015, 798 funcionários foram colocados em lay-off.

A GM apontou ainda que o acordo judicial firmado à época já previa que esses empregados seriam desligados neste mês de janeiro. Segundo a empresa, o tema não foi discutido hoje nas negociações no TRT.

A GM não confirma o número atual de funcionários em São José dos Campos, justificando que a companhia não divulga número de funcionários por planta.

Hidrovia Tietê-Paraná será reaberta nesta quarta-feira, após dois anos

26/01/2016 – Fonte: Paraná Online

A Hidrovia Tietê-Paraná, uma das principais vias de escoamento de grãos e que ficou interditada por dois anos, será reaberta oficialmente nesta quarta-feira, 27. A informação foi dada ao Broadcast Agro, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, pelo presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega), Raimundo Holanda Cavalcante. A solenidade de reabertura da hidrovia está marcada para as 11h, na usina hidrelétrica Nova Avanhandava, município de Buritama (SP).

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a manutenção da hidrovia aberta durante todo o ano ainda depende do regime de chuvas até abril.

Em nota, o Dnit informou que, "caso se mantenham os volumes atuais de chuva, os reservatórios devem se recuperar". Segundo o órgão, o Operador Nacional do Sistema (ONS) ainda está fazendo estudos e projeções.

Para Cavalcante, no entanto, a Agência Nacional de Águas (ANA) foi a responsável pela paralisação da hidrovia, ao priorizar o uso da água do reservatório Três Irmãos para a geração de energia elétrica.

A decisão, na avaliação dele, levou à redução do calado (profundidade necessária para a navegação segura) do reservatório e à posterior suspensão das atividades na hidrovia. "Até então, se analisarmos o histórico da hidrovia nos últimos 30 anos, nunca houve problema algum", declarou Cavalcante.

A Fenavega terá uma reunião nesta terça-feira, 26, com representantes da ANA para discutir sobre os novos projetos de geração de energia no País. "Vamos pedir que, ao conceder outorga a novos consórcios, a ANA garanta um nível de água que não comprometa as atividades da hidrovia e que se cumpra a lei de uso múltiplo das águas", declarou o presidente da Fenavega.

Em razão do feriado do aniversário da cidade de São Paulo, não foi possível consultar um porta-voz do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo.

Conta de luz pode ficar mais barata nos próximos meses, diz Aneel

26/01/2016 – Fonte: Bem Paraná

A conta de luz pode começar a ficar mais barata já nos primeiros meses deste ano, segundo afirmou, nesta segunda-feira (25), o diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) José Jurhosa. De acordo com o diretor, as bandeiras tarifárias, encargo adicionado à conta de luz para custear as usinas térmicas, devem começar a serem reduzidas.

Nesta terça-feira (26), serão apresentados os novos valores das bandeiras, mais baratos, além de ser criada uma quarta cor, a rosa, com encargo intermediário -entre a bandeira amarela e a vermelha. Atualmente, as bandeiras se dividem em três cores, verde -que não adiciona qualquer valor-, amarela -que adiciona R\$ 2,5 a cada 100 kilowatts-hora consumidos-, e a vermelha -que adiciona R\$ 4,5 a cada 100 kilowatts-hora consumidos.

Desde a implantação do sistema de bandeiras tarifárias, em janeiro de 2015, a cor da bandeira está vermelha, o que tem encarecido em 10% a conta de luz.

A expectativa é que as cores sejam reduzidas gradualmente -primeiro para a nova cor rosa, depois amarela e, por fim, verde. Jurhosa afirmou também que há poucos fatores de elevação da conta de luz para 2016. Assim, com a retirada das bandeiras, as tarifas

cobradas dos consumidores tendem a ficar estagnadas, ou até mesmo a cair. Ainda há preocupação com o Nordeste, que enfrenta escassez hídrica.

As estimativas para o período chuvoso para a região, que se inicia em maio, serão definidoras para o sistema das bandeiras -as principais térmicas que estão ativas ficam nessa região.

"Poderíamos utilizar a usina de Belo Monte para abastecer o Nordeste, mas com a liminar impedindo o enchimento do reservatório, não sabemos quando poderemos usá-la", disse Jurhosa. Desde o início do ano, o Ministério Público detém uma liminar impedindo a finalização da construção da usina. O órgão alega que a empresa concessionária, a Norte Energia, não cumpriu a exigência de reestruturar a Funai. Jurhosa espera que a situação se resolva nas próximas semanas. "Pareceu-me um argumento muito frágil para arriscar todo um planejamento", afirmou.

Ford faz pedido de adesão ao PPE na planta de Taubaté, SP

26/01/2016 – Fonte: G1



A Ford, em Taubaté (SP), pediu ao Ministério do Trabalho e Emprego adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) na manhã desta segunda-feira (26). Caso aprovada, a previsão é que a medida passe a valer a partir de março, segundo a empresa.

A proposta prevê a redução de 20% no salário e na jornada de trabalho aos funcionários da planta - cerca de 1,5 mil. No rendimento mensal, o governo daria contrapartida de 10% por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - com isso, os funcionários receberiam 90% do salário mensal.

O pedido ainda depende de aprovação do governo, que vai analisar a documentação e as condições financeiras da multinacional para avaliar se é necessária a aplicação do programa - para adesão é necessário comprovar que a unidade passa por dificuldades financeiras. A pasta tem 15 dias para a análise e aprovação.

Sindicato

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, que representa os trabalhadores, a medida passaria a valer a partir de 29 de fevereiro, por seis meses.

O PPE foi aprovado pelos trabalhadores da unidade em assembleia no dia 9 de dezembro. Na ocasião, a montadora vinha anunciando um excedente de 300 operários. Para evitar demissões, a Ford adotou em 2015 uma série de medidas para adequar a produção à demanda do mercado. Entre elas estão férias coletivas, suspensão dos contratos de trabalho 'layoff'. Mesmo assim, em março do ano passado, a multinacional demitiu 140 pessoas.

Se aprovada a PPE, a Ford seria a quinta empresa da região a aderir ao modelo pró-emprego - além dela também aderiram a Grammer, em Atibaia; Volkswagen e Gestamp em Taubaté e a Maxion em Cruzeiro.

Ford deixa Japão e Indonésia

26/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Ford anunciou nesta segunda-feira (25) que deixará os mercados japonês e indonésio, diante da falta de rentabilidade em suas operações.

O segundo maior grupo automotivo americano cessará suas atividades nos dois países na segunda metade do ano, fechando sua rede de concessionárias e não importará autopeças.

Até o final do ano, o grupo continuará prestando serviços de assistência a proprietários de veículos da Ford que tenham contratos de garantia.

A marca não especificou quantos empregos serão cortados com o fim das operações. Em 2015, Ford tinha 0,1% do mercado japonês e 0,6% na Indonésia.

Desembolsos do BNDES caem 28% em 2015 e somam R\$ 136 bilhões

26/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 135,9 bilhões para projetos de investimento em 2015, um recuo nominal (sem descontar a inflação) de 28% em relação ao ano anterior, quando os desembolsos atingiram R\$ 187,8 bilhões. O volume de aprovações e consultas também encolheu no período, informou a instituição em nota.

No ano passado, foram aprovados R\$ 109,5 bilhões em financiamentos, e as consultas atingiram R\$ 124,6 bilhões. Em ambos os casos, o tombo foi de 47% em termos nominais, apontou o BNDES.

“O desempenho acompanha a desaceleração da demanda por novos investimentos e foi influenciado pela política de ajuste fiscal implementada pelo Governo Federal, o que implicou em duas mudanças: condições mais restritivas nos programas equalizados e fim da política de empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES”, justificou o banco.

O setor de infraestrutura recebeu a maior parte dos desembolsos do BNDES em 2015. Foram R\$ 54,9 bilhões, ou 40,4% do total, segundo a instituição. Ainda assim, o volume foi 20% menor do que em 2014, sem descontar a inflação no período.

As aprovações para o setor, por sua vez, totalizaram R\$ 41 bilhões no ano passado, recuo nominal de 49% ante 2014, segundo o BNDES.

“Frente à conjuntura, o BNDES ajustou sua política operacional, preservando maiores níveis de participação, taxas menores e prazos mais longos para setores e temas prioritários. Como resultado, e mesmo diante do cenário de retração, o banco manteve níveis consistentes de apoio em áreas importantes”, diz a instituição em nota.

Entre estes setores prioritários, o banco destacou os desembolsos para projetos de energia elétrica (R\$ 21,9 bilhões, alta de 15%) e de logística de transporte (cerca de R\$ 20 bilhões, alta de 8%).

Na área de energia, o destaque ficou com os projetos eólicos, que receberam R\$ 6,1 bilhões, expansão de 85%. Já na área de logística, os projetos de mobilidade urbana atingiram R\$ 8,5 bilhões, 30% acima dos R\$ 6 bilhões desembolsados em 2014.

Indústria

O setor industrial recebeu o segundo maior volume de desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 2015, atrás apenas da infraestrutura. Segundo a instituição, R\$ 36,9 bilhões foram liberados para a indústria, 27,1% do total. Apesar disso, o volume representa uma retração de 26% em relação ao ano anterior, sem descontar a inflação no período.

Ainda segundo o BNDES, o setor de comércio e serviço recebeu R\$ 30,4 bilhões em aportes, recuo de 41% ante 2014. Os desembolsos para agropecuária totalizaram R\$ 13,7 bilhões, queda de 18% no período.

No ano passado, a instituição desembolsou ao todo R\$ 135,9 bilhões para projetos de investimento, um recuo nominal (sem descontar a inflação) de 28%.

Dívida pública sobe 21,7% em 2015, para R\$ 2,79 trilhões, maior da série

26/01/2016 – Fonte: G1

Impulsionada principalmente pelas despesas com juros, a dívida pública federal, o que inclui os endividamentos no país e no exterior, teve aumento recorde de 21,7% no ano passado, para R\$ 2,79 trilhões – patamar que também é o maior da série histórica, que começa em 2004, segundo números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional nesta segunda-feira (25).

(Correção: ao ser publicada, esta reportagem errou ao informar que o aumento em 2015 foi de 24,8%, segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional. Mais tarde, o órgão retificou o percentual, e a reportagem foi corrigida às 16h08.)

Em valores nominais, crescimento da dívida pública no ano passado foi de R\$ 498 bilhões.

Em 2014, a dívida pública havia registrado crescimento menor, de 8,15%, ou R\$ 173 bilhões, enquanto que no ano anterior (2013), a expansão registrada havia sido de 5,7%, ou R\$ 115 bilhões, segundo números oficiais.

A dívida pública é a contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Quando os pagamentos e recebimentos são realizados em real, a dívida é chamada de interna. Quando tais operações ocorrem em moeda estrangeira (dólar, normalmente), é classificada como externa.

Gastos com juros

O crescimento da dívida pública no ano passado está relacionado, principalmente, com as despesas com juros, no valor de R\$ 367,67 bilhões - os maiores da série histórica. Em 2012, 2013 e 2014, respectivamente, as despesas com juros da dívida pública somaram R\$ 207 bilhões, R\$ 218 bilhões e R\$ 243 bilhões, segundo números oficiais.

Os números do governo mostram que a dívida também cresceu no ano passado porque houve uma emissão líquida (emissões de papéis superaram os vencimentos, ou resgates, de títulos públicos) em um valor acima de R\$ 130 bilhões.

Aumento nos últimos anos

Segundo os dados do Tesouro, nos últimos 10 anos a dívida pública mais que dobrou: em 2005, o estoque de dívida estava em R\$ 1,15 trilhão, subindo para R\$ 2 trilhões no fechamento de 2012 e para R\$ 2,79 trilhões no fim do ano passado.

Da expansão da dívida pública de cerca de R\$ 1,11 trilhão nos últimos dez anos, mais de R\$ 400 bilhões referem-se a emissões de títulos públicos para capitalizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dívidas interna e externa

No caso da dívida interna, segundo informou o Tesouro Nacional, foi registrado um aumento de 21,3% em 2015, para R\$ 2,65 trilhões. Neste caso, o crescimento foi de R\$ 467 bilhões. Já no caso da dívida externa brasileira, resultado da emissão de bônus soberanos (títulos da dívida) no mercado internacional e de contratos firmados no passado, o governo contabilizou um aumento de 27,2% no ano passado, para R\$ 142,84 bilhões. A alta da dívida externa foi de R\$ 30,5 bilhões.

Compradores

Os números do Tesouro Nacional também revelam que a participação dos investidores estrangeiros na dívida pública interna registrou pequeno aumento no ano passado, mesmo após a perda do grau de investimento pela Standard & Poors e pela Fitch em 2015. Em dezembro do ano passado, os não residentes detinham 18,8% do total da dívida interna (R\$ 497 bilhões) contra 18,6% (R\$ 406 bilhões) no fim de 2014.

Mesmo assim, os estrangeiros seguem na quarta colocação de principais detentores da dívida pública interna, atrás das instituições financeiras (25% do total, ou R\$ 662 bilhões em outubro), dos fundos de previdência (21,4%, ou R\$ 566 bilhões) e dos fundos de investimento (19,6% do total, ou R\$ 518 bilhões).

Perfil da dívida

Em dezembro de 2015, o percentual de papéis prefixados somou 41% do total, ou R\$ 1,08 trilhão, contra 43% no fechamento de 2014, ou R\$ 940 bilhões. Os números foram calculados após a contabilização dos contratos de "swap cambial".

Os títulos atrelados à taxa Selic (os pós-fixados), por sua vez, tiveram sua participação elevada em 2015 (e deve continuar subindo em 2016). No fim do ano passado, representaram 7,90% do total (R\$ 209 bilhões), em comparação com 6,57% no fechamento de 2013 (R\$ 143 bilhões).

A parcela da dívida atrelada aos índices de preços (inflação), por sua vez, somou 34,28% no fim de 2015, o equivalente a R\$ 908 bilhões, contra 36,7% no fechamento de 2013, ou R\$ 801 bilhões.

Os ativos indexados à variação da taxa de câmbio, por sua vez, somaram 16,79% do total no fim de 2015, ou R\$ 444 bilhões, contra 13,64% no fim de 2014, ou R\$ 297 bilhões, no fim do ano anterior. O crescimento da dívida em dólar se deve à emissão de contratos de "swap cambial" pelo BC - para evitar uma alta maior na cotação da moeda norte-americana.

Dívida pode chegar a R\$ 3,3 trilhões em 2016

O Tesouro informou que a dívida pública federal interna e externa continuará avançando em 2016 e deverá ultrapassar a barreira dos R\$ 3 trilhões no fim deste ano, podendo chegar a R\$ 3,3 trilhões.

Segundo o Tesouro, as necessidades brutas de financiamento da dívida pública neste ano, por meio da emissão de títulos, são de R\$ 698 bilhões, mas estão previstos R\$ 108 bilhões em recursos orçamentários. Com isso, a necessidade líquida de financiamento é de R\$ 589 bilhões.

Em avaliação feita na apresentação do Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, avaliou que o ano de 2015 foi de "transição" e que a pauta legislativa de reformas dará fôlego à atividade.

O ano de 2015 foi de "transição", com realinhamento macroeconômico, em especial na parte fiscal (relativa aos gastos públicos) mas a equipe econômica pretende coordenar neste ano, em parceria com o Congresso Nacional, uma pauta legislativa de reformas que dará "fôlego à atividade nos exercícios seguintes, por meio de melhorias no ambiente de negócios e no crédito, acrescentando substância ao crescimento potencial de médio e longo prazos", disse o ministro.

Vale consegue liminar para voltar a exportar do porto de Tubarão, no ES

26/01/2016 – Fonte: R7



A Vale conseguiu nesta segunda-feira (25) liminar que suspende a interdição no porto de Tubarão, no Espírito Santo, que impedia desde quinta-feira as exportações de minério de ferro da empresa do local, informou a empresa.

"A Vale informa que obteve decisão favorável do TRF (Tribunal Regional Federal) que garante o reestabelecimento imediato das atividades do Píer II e do TPM (Terminal de Praia Mole)", disse a companhia, em comunicado.

Mais cedo, o advogado da companhia, Sergio Bermudes, do escritório Sergio Bermudes Advogados, disse que a mineradora havia obtido a autorização para retomar as exportações.

Ele explicou que, na liminar, a Justiça deu à Vale "o prazo de 60 dias para apresentar um plano de solução" para as questões ambientais no porto.

A mineradora, maior exportadora global de minério, teve as atividades no porto interdidas pela Justiça, que quer obrigar a empresa a adotar novas medidas para evitar danos ao meio ambiente a partir de suas atividades em Tubarão.

Em sua decisão, a Justiça havia suspenso, na semana passada, as atividades da Vale e da ArcelorMittal no Píer II (minério de ferro) do porto de Tubarão e no Píer de Carvão do TPM (Terminal de Praia Mole), que também faz parte do Complexo Portuário de Tubarão.

Como consequência, a mineradora ficou impedida, desde quinta-feira, de embarcar cerca de 200 mil toneladas de minério de ferro próprias por dia a partir do porto. Localizado na parte continental do município de Vitória, capital capixaba, o terminal é o maior exportador de minério e pelotas de ferro do mundo, e também movimenta outras cargas, como grãos e combustíveis.

Em 2015, até o terceiro trimestre, a Vale embarcou 82,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo porto de Tubarão, segundo dados da mineradora.

O montante é equivalente a 33,3 por cento da produção própria da empresa nos nove meses encerrados em setembro, de 248,038 milhões de toneladas.

A interdição também causou a interrupção da importação de aproximadamente 44 mil toneladas de carvão mineral de terceiros, desde quinta-feira, segundo a Vale, que nesse caso atua como operadora logística.

De janeiro a setembro, o TPM foi responsável pelo desembarque de 8,9 milhões de toneladas de carvão mineral.

Produção global de aço bruto registra primeiro declínio anual desde 2009

26/01/2016 – Fonte: R7

A produção global de aço bruto caiu 2,8 por cento no ano passado, marcando o primeiro declínio anual desde 2009, à medida que os produtores sofreram com a queda de demanda e enfraquecimento dos preços.

O setor visto como um termômetro da saúde econômica global teve de lidar com um excesso de oferta que enviou os preços no ano passado para os níveis mais baixos desde 2003, com falências e encerramentos de capacidade em todo o mundo.

Números da Associação Mundial de Aço divulgados nesta segunda-feira mostraram que a produção mundial de aço caiu para 1,623 bilhão de toneladas em 2015, com a produção na China -a principal produtora e consumidora do metal- registrou sua primeira queda em três décadas, ao cair 2,3 por cento para 803,8 milhões de toneladas.

Com o encolhimento da demanda doméstica, a China exportou um recorde de 112,4 milhões de toneladas de aço barato no ano passado, forçando outras usinas a restringir a produção.

A produção de aço na União Europeia caiu 1,8 por cento para 166,2 milhões de toneladas no ano passado, mostraram os dados, enquanto na América do Norte foi de 110,7 milhões de toneladas, queda de 8,6 por cento.

O declínio na produção global acelerou no final do ano, caindo 5,7 por cento em dezembro para 126,7 milhões de toneladas, enquanto na China caiu 5,2 por cento, para 64,4 milhões de toneladas.

LG e sindicato voltam ao TRT para discutir demissões em Taubaté, SP

26/01/2016 – Fonte: G1

A LG e o Sindicato dos Metalúrgicos vão ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) na próxima terça-feira (26) às 10h para uma nova rodada de negociação sobre as 453 demissões na multinacional em Taubaté no último mês. Os cortes estão suspensos pela Justiça e o sindicato cobra a readmissão do grupo.

Após determinação do desembargador do TRT, Samuel Lima, a empresa apresentou balanços financeiros complementares ao TRT para tentar comprovar que enfrenta dificuldades financeiras - essa foi a alegação da empresa para demitir os trabalhadores.

O sindicato teve prazo de dez dias, encerrado nesta sexta-feira (22), para analisar os dados, que são sigilosos, e propor alternativas para reverter as demissões.

Segundo a entidade, o documento encaminhado ao órgão propõe a readmissão dos trabalhadores e a adoção do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) ou a suspensão dos contratos de trabalho 'layoff'.

Caso não haja acordo, o caso pode ser levado à julgamento. Após o voto do relator do caso, a decisão é submetida a um colegiado da Seção de Dissídios Coletivos do TRT.

Audiência

Em dezembro, uma audiência entre o sindicato e a LG terminou sem acordo. Inicialmente a entidade pediu a reversão de todas as demissões, mas diante da negativa da multinacional, sugeriu a reversão da metade dos cortes. A proposta também foi recusada.

Enquanto a situação continua indefinida, os ex funcionários reclamam de prejuízos. Isso porque estão há mais de um mês sem salário e impedidos de procurar um novo emprego.

Com a determinação do TRT de suspender as demissões, as homologações estão suspensas e, conseqüentemente, o acesso dos funcionários a benefícios como seguro desemprego e liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) bloqueado.

LG

A empresa foi procurada e confirmou apenas a data e horário da audiência. A LG não se manifestou sobre a intenção do sindicato de reverter as dispensas.

Demitidos da Maxen protestam por atraso em pagamentos de rescisões

26/01/2016 – Fonte: R7



Cerca de 150 funcionários demitidos da Maxen, de Atibaia, protestaram na manhã desta segunda-feira (25) contra o atraso no pagamento dos direitos trabalhistas. Os manifestantes queimaram pneus em frente à unidade e bloquearam a entrada. A Polícia Militar acompanhou a manifestação no local.

A empresa anunciou a demissão de 200 funcionários no dia 13 de janeiro. Com isso, a administração da unidade tinha dez dias para fazer o pagamento do salário proporcional e dos direitos trabalhistas.

O salário foi depositado, mas segundo o sindicato, na última sexta (23), prazo limite, a empresa teria anunciado que nenhum outro pagamento seria feito.

“Os advogados e os representantes do setor de recursos humanos se reuniram com a gente e disseram que a empresa havia decretado falência. Por isso, não teria verba para fazerem o pagamento dos direitos trabalhistas e nenhum outro valor seria depositado”, disse Luiz Mariano, representante do sindicato na Maxen.

Uma nova reunião com a direção da empresa está marcada para às 10h desta segunda.

A unidade produz materiais para usinas de petróleo e vinha passando por crise. Essa foi a

segunda demissão em massa, em dezembro de 2015 outros 115 trabalhadores foram desligados e o efetivo foi reduzido de 500 para 300.

Segundo o sindicato, a empresa anunciou que estaria sendo vendida. A reportagem do **G1** procurou a empresa, mas não teve retorno até a publicação desta reportagem.

Atividade e emprego da construção têm pior dezembro da história

26/01/2016 – Fonte: G1

A atividade e o emprego na indústria da construção fecharam dezembro de 2015 nos menores níveis da série histórica para o mês, segundo levantamento divulgado nesta segunda-feira (25) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os índices de evolução do nível de atividade e do número de empregados recuaram significativamente na passagem de novembro para dezembro, passando de 36,3 pontos para 33,3 pontos e de 35,7 pontos para 33,0 pontos, respectivamente.

O estudo apontou a carga tributária, a alta taxa de juros e a demanda interna insuficiente como os maiores vilões do setor. Os índices variam de 0 a 100 pontos. Valores abaixo de 50 pontos indicam queda da atividade e do emprego em relação ao mês anterior. Quanto mais abaixo dos 50 pontos, maior a queda, segundo a CNI.

Situação financeira

Os índices de satisfação com a margem de lucro operacional e com a situação financeira variaram dentro da margem de erro e permanecem muito abaixo de 50 pontos, em 32,2 pontos e 36,4 pontos, respectivamente.

O indicador de acesso ao crédito manteve-se estável em 25,9 pontos, piso da série iniciada no quarto trimestre de 2009. O indicador varia de 0 a 100. Valores abaixo de 50 indicam dificuldade de acesso ao crédito.

O preço médio dos insumos e matérias-primas manteve a tendência de crescimento no último trimestre de 2015. O índice variou dentro da margem de erro e atingiu 61,5 pontos, 0,2 ponto abaixo do valor observado no terceiro trimestre e 2,0 pontos abaixo do observado no quarto trimestre de 2014.

A Utilização da Capacidade de Operação (UCO) recuou 2,0 pontos percentuais na comparação entre dezembro e novembro, atingindo 55%, menor nível da série iniciada em janeiro de 2012. A baixa UCO foi observada em todos os portes e setores.

Expectativas

"O cenário adverso, aliado ao aumento do custo dos insumos, tem causado insatisfação dos empresários com as condições financeiras e com a margem de lucro operacional. Além disso, as empresas têm tido dificuldade de acesso ao crédito", diz a entidade no estudo.

Para os próximos seis meses, as expectativas seguem pessimistas de acordo com a CNI, em especial para empresas de grande porte, cujos indicadores de expectativa encontram-se muito abaixo dos demais portes.

Artigo: CNI defende mudança regulatória como saída no setor de petróleo

26/01/2016 – Fonte: G1

Há menos de uma década, em plena euforia da descoberta das extensas reservas de petróleo na camada do pré-sal, multiplicavam-se os cálculos do número de navios e da profusão de máquinas e equipamentos que o Brasil demandaria para a exploração da nova fronteira petrolífera.

O atual gerente-executivo da Unidade de Políticas Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emílio Padovani Gonçalves, lembra-se bem da quantidade "gigantesca" de empresas multinacionais que procuravam informações para se instalar no país e participar do novo salto histórico no desenvolvimento brasileiro.

O contraste com as perspectivas sombrias que cercam atualmente o setor de petróleo e gás no Brasil é evidente. Mas nem tudo pode ser creditado à mudança radical experimentada no mercado internacional, com a forte queda dos preços do barril de petróleo, que agora beiram US\$ 30, depois de terem alcançado alturas superiores a US\$ 100.

Na avaliação do representante da CNI, as saídas possíveis passam por mudanças de caráter regulatório e pela retomada dos leilões de áreas para exploração. A controversa legislação de proteção ao conteúdo local no setor, no entanto, é defendida por ele em nome da consolidação do parque industrial brasileiro.

A ponta de lança das propostas da CNI para reativar o setor de petróleo e gás, mesmo no cenário adverso de hoje, é a mudança na legislação que concentrou nas mãos da Petrobras o papel de operadora única dos campos do pré-sal, além de exigir a participação da estatal em 30% nos investimentos dos consórcios de exploração dessas áreas.

A entidade apoia o projeto nesse sentido do senador José Serra (PSDB-SP), em tramitação no Congresso Nacional. A espessa camada ideológica que marca essa discussão precisa ser enfrentada com mais informações, defende João Emílio Gonçalves.

- A regra do operador único foi vendida, na época, como uma proteção à Petrobras. Estamos convencidos que, na verdade, é um fardo enorme para a empresa. É ruim também para a cadeia de fornecimento, que não tem um horizonte de demanda, e para o Estado, que perde na arrecadação de recursos. É uma questão absolutamente consensual no setor a necessidade de mudança – afirmou, em conversa com o **blog**.

A participação compulsória da Petrobras na operação do pré-sal retira da empresa a capacidade de decidir os projetos em que deseja estar presente, assim como engessa as suas possibilidades de negociar a parcela que lhe caberia em cada empreendimento – se 50% ou 5%, por exemplo.

Sem contar a alternativa de ter uma participação apenas estratégica, favorecida pelo amplo conhecimento de seu corpo técnico, com décadas de experiência, sobre as condições geológicas brasileiras. O resultado de todas as amarras impostas à empresa é que, ao invés de investir, a Petrobras cuida nesse momento de desinvestir, como lembra o especialista.

Impacto

As dimensões assumidas pela Petrobras são determinantes para o comportamento da economia brasileira. Com base no relatório de investimentos do BNDES, de meados do ano passado, o gerente-executivo da CNI estima em nada menos do que 50% a participação da estatal no total investido pela indústria no Brasil.

Outro dado significativo é que cerca de 80% das atividades de exploração e produção de petróleo no país estão nas mãos da Petrobras. No período em que esteve no Ministério da Fazenda, o ex-ministro Joaquim Levy divulgou um estudo para demonstrar que a cada R\$ 1 bilhão de corte nos investimentos da empresa corresponderia uma redução de R\$ 2 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Todos esses dados respaldam o argumento de João Emílio Gonçalves de que "estamos muito distantes do risco de desnacionalização em massa do setor de petróleo e gás no Brasil".

Se o percentual de participação de 80% da Petrobras no setor declinar para 70% ou 65%, em função das mudanças propostas na regra do operador único, ainda assim seria uma parcela significativa, argumenta. O outro lado da moeda da forte concentração atual do

segmento nas mãos da Petrobras é que uma parte decisiva da economia brasileira depende do bom funcionamento de apenas uma empresa.

- É uma dependência muito grande de um único ator – lamentou.

Uma medida do impacto negativo dessa realidade é a situação dramática vivida pelo estado do Rio de Janeiro em função das adversidades enfrentadas pela Petrobras, o que inclui também os efeitos das investigações de corrupção da operação Lava Jato.

Nesse contexto, outros dados ainda precisam ser levados em conta, como as perspectivas de avanço de novas tecnologias que podem tornar obsoleto o motor a combustão. Ou a nova fronteira de exploração do shale gas nos Estados Unidos, com técnicas dotadas de versatilidade para ampliar rapidamente a capacidade de produção.

O representante da CNI não tem dúvida que a remoção das barreiras regulatórias representadas pela regra do operador único e da exigência de participação de 30% da Petrobras nos consórcios empresariais poderia animar o setor e criar novas perspectivas para o país.

Mesmo com o cenário internacional negativo, ele defende a realização de novos leilões de concessão e acredita que haveria interessados em participar dessas rodadas, levando-se em conta a necessidade de dar um horizonte para as empresas que investiram pesadamente na cadeia de fornecimento no setor e na implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento no Brasil.

Conteúdo nacional

O capítulo do conteúdo local nos projetos de petróleo e gás recebe uma abordagem cuidadosa do gerente-executivo de uma entidade empresarial voltada justamente para a defesa da indústria nacional.

Ao longo dos últimos anos, a própria Petrobras deixou evidente sua insatisfação com o desempenho das empresas nacionais beneficiadas por essa regra. Atrasos nos prazos de fornecimento, custos muito elevados e dificuldades de gestão marcaram boa parte da experiência acumulada até agora com a aplicação das normas de proteção à produção local.

Embora admita que a legislação é controversa, João Emílio Gonçalves concentra seus argumentos na defesa do aprimoramento desses mecanismos de proteção. Ele acredita que o governo deu um passo nesse sentido com o decreto recentemente editado para a criação de um novo programa na área – com o quilométrico nome de Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor). Menos penalização e mais incentivos ao desenvolvimento tecnológico local é o que a CNI espera dessa iniciativa.

O saldo positivo da política de conteúdo local, defende o representante da entidade, pode ser encontrado na construção naval e no segmento de equipamentos submarinos, que geraram empregos e capacitação tecnológica.

Ele observa que faltou combinar essa política de forma mais harmônica com instrumentos de estímulo para a maior qualificação das empresas e o desenvolvimento de novas tecnologias. O novo programa caminharia justamente nessa direção, com ênfase na necessidade de fortalecimento da engenharia básica nacional – outro consenso das lideranças empresariais do setor.

O exemplo da Coreia é citado pelo representante da entidade para defender a persistência no modelo de valorização do conteúdo local, mesmo diante das severas críticas recebidas pela controvertida experiência no Brasil.

Os coreanos também, como ele alega, teriam sucumbido diversas vezes às dificuldades de produção antes de se tornarem a maior potência mundial na área da construção naval. Em suma, o que está em jogo é a validade de mais uma tentativa para concretizar pelo menos uma parte dos sonhos despertados pela descoberta do pré-sal no Brasil.

(Beth cataldo: Jornalista, com foco na área econômica. Foi repórter da Gazeta Mercantil, de O Estado de S.Paulo, da revista Isto É, do jornal O Globo e chefe de redação da sucursal de Brasília do Jornal do Brasil).

Expectativa dos brasileiros para inflação sobe para 11,3%, diz FGV

26/01/2016 – Fonte: G1



A inflação prevista pelos consumidores brasileiros para os próximos 12 meses subiu para 11,3% em janeiro de 2016, segundo informou nesta terça-feira (26) a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Esse resultado reflete a divulgação do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, que ficou em 10,67%, além do aumento dos preços administrados do início do ano, como tarifas públicas, e a contínua perda de poder de compra do trabalhador.

Em janeiro, foi registrado aumento de expectativas em todos os níveis de renda. A faixa de renda mais baixa continua prevendo inflação mais elevada. Neste mês, a mediana das previsões nesta faixa subiu para 12,2%.

"Espera-se uma reversão das expectativas apenas no segundo semestre deste ano, quando os efeitos da crise sobre os preços se intensificarão. O resultado deste indicador em janeiro deve ser mais uma preocupação para o Banco Central pois, mesmo que as pessoas aceitem negociar seus salários pela expectativa de inflação futura, esta se dará em um patamar elevado, e se refletirá no índice real", afirma o economista Pedro Costa Ferreira, da FGV/IBRE.

Para que alguns vivam, outros têm que morrer, diz Kátia Abreu sobre protecionismo

26/01/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A ministra Kátia Abreu (Agricultura) defende que as exportações sejam a saída para a crise econômica brasileira e diz que, para isso, o país precisa ser mais "ambicioso e agressivo" e acabar com a proteção contra concorrência externa para alguns setores.

"Não pode ter proteção", disse Kátia à **Folha** ao propor que o Brasil busque mais acordos de livre comércio com outros países.

"Dizem que para uns viverem outros têm que morrer. Quando você abre um mercado, é claro que uns adoecem e outros falecem, mas é o jogo", justificou a ministra, que tem como meta elevar a participação do agronegócio brasileiro no comércio mundial de 7% para 10% até 2018.

Ao ser questionada sobre quais setores travam essa abertura para o Brasil, apontou "alguns da indústria, que são protegidos há décadas".

Disse ainda que, no primeiro mandato da presidente Dilma, o país não avançou nos acordos comerciais porque "o Mercosul nos atrapalhou".

Além de buscar o caminho das exportações, a ministra, que faz parte do grupo dos assessores mais próximos da presidente, diz que o Brasil "precisa fazer o ajuste fiscal" e que o "Estado é mau gastador, gasta mal de todos os jeitos" e até "rouba".

Folha -O FMI revisou suas projeções para o Brasil e prevê retração de 3,5% do PIB neste ano. Qual a saída para voltar a crescer?

Kátia Abreu - A principal saída, e a própria presidente Dilma tem repetido isso, é aumentar as exportações. Temos de ir para um novo enfrentamento mundial e sermos mais ambiciosos, mais agressivos e abrir mais mercados. Se dentro do país as condições de comércio e negócio não vão bem, temos de buscar outros compradores para aquecer as nossas indústrias.

Como a crise na China influencia nesse cenário?

Atrapalha o mundo todo. No caso dos alimentos, afetou a quantidade e ainda mais os valores. Do ano passado para cá, nós [agronegócio] crescemos, em volume, de 141 para 163 milhões de toneladas, mas em valores caímos de US\$ 96 bilhões para US\$ 88 bilhões. Tem gente que diz que não precisamos de acordos de livre comércio, mas a tendência mundial mostra outra coisa.

Não foi uma falha do primeiro mandato do governo Dilma não ter priorizado esse tipo de acordo comercial?

Não é que não priorizou. Acredito que o Mercosul nos atrapalhou. O governo da ex-presidente Cristina Kirchner [Argentina] tinha dificuldade de atingir os percentuais necessários para que a gente fechasse o acordo União Europeia-Mercosul.

A presidente Dilma determinou que o chanceler Mauro Vieira vá à Argentina para tentar que o governo Mauricio Macri feche uma lista de 90% de seus produtos com tarifa de importação zero para fazermos a troca de ofertas. Para o governo brasileiro, esse acordo precisa ser priorizado não só pela questão econômica. Ele significa a credibilidade do Mercosul, a revitalização do Mercosul, ou não.

Chegou o momento de tomar uma decisão: fortalecer o Mercosul ou o Brasil seguir seu rumo solitariamente?

Tenho hoje muitas esperanças de que o contrário vai acontecer com a troca das ideias do novo governo argentino. A coisa que mais preocupa um fazendeiro é quando ele está isolado e os fazendeiros em volta estão ficando pobres. Região rica é onde todo mundo está bem.

Existe uma meta de acordos que a senhora esteja estabelecendo para este ano?

A presidente nos deu um foco: União Europeia, Oriente Médio, Índia, Tailândia, Indonésia e Filipinas. Mas não é uma escolha e uma exclusão, a presidente mencionou países onde teremos menos dificuldades de negociar junto com o Mercosul.

Mas continuaremos insistindo na aproximação com os EUA e tentando um acordo de preferências tarifárias da China com o Mercosul. Fechamos 2015 com US\$ 1,9 bilhão a mais com a abertura de novos mercados por meio de acordos feitos pelo Ministério da Agricultura. Em 2016 serão US\$ 2,5 bilhões a mais só com carne, frutas e lácteos.

Qual é a meta deste ano?

Hoje o Brasil significa 1,2% do comércio no mundo. O agronegócio brasileiro tem 7% do setor mundial e quero chegar em 10% até o fim do mandato [2018].

Qual é o grande entrave para esses acordos?

Mercosul. Quando falo Mercosul, estou incluindo o Brasil. Esses quatro países [Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai] precisam se acertar. O agro não tem problema.

No Brasil, o que trava esses acordos e como resolvê-lo?

Alguns setores da indústria, que são protegidos há décadas, acabam atrapalhando setores que já viveram em mais dificuldades, com menos subvenção, e que foram atrás da inovação e da tecnologia e venceram.

Você já ouviu falar de filho de 40 anos que recebe mesada do pai dar certo? No comércio é igual: não pode receber mesada de pai a vida inteira. Não pode ter proteção.

A senhora está dizendo que alguns setores não podem ter medo de abertura para disputarmos novos mercados?

Nós [do agronegócio] não temos medo.

Quem for mais competitivo, que ocupe o mercado.

É. O que dói em Francisco dói em Chico. Somos competitivos, mas temos setores complicados no Brasil: por exemplo, o do leite. Qual é a nossa estratégia para melhorar a performance do leite? É abrir mercado, exportar o leite, porque, na hora em que exportar, a importação não vai fazer mal.

O que a presidente Dilma diz quando a senhora afirma que é hora de os empresários brasileiros não terem medo da concorrência?

A presidente sofre porque tem que medir, né? Acho compreensível. Num primeiro momento, o choque numa empresa automobilística é muito forte.

Dizem que para uns viverem outros têm que morrer. Quando você abre um mercado, é claro que uns adoecem e outros falecem, mas é o jogo. E a quantidade dos que vão viver? Não tenha dúvida que é muito maior.

Então a saída é a exportação?

Acho que tem duas receitas: fazer o ajuste fiscal, gastar menos, cortar despesas para valer. Está na hora de apertar o cinto. O Estado é mau gastador, ele gasta mal de todos os jeitos, escolhe mal, desenvolve projetos mal, ele rouba também. Então o Estado é um péssimo executor.

Para favorecer as exportações, a senhora acha que temos que viver um período de realismo da taxa cambial?

Acho. Com o dólar até pelo menos R\$ 3,70, o Brasil está muito competitivo para as exportações.

O ex-ministro Delfim Netto defendeu, em artigo publicado na Folha, que a presidente faça o enfrentamento com o Congresso para destravar a agenda econômica e impedir que o desemprego aumente. A senhora concorda?

Acho que ele está correto. Existe, por exemplo, a lei nº 8.666, das licitações. Não tem um problema dentro do Congresso [em relação a isso], porque foi feita, de propósito, numa comissão especial, e eu fui a relatora.

Todo dia ligo para o [presidente do Senado] Renan [Calheiros], que fala: "Eu vou pôr [na pauta]". Tem alguém que não quer que mude e pode ter certeza que é no setor privado. Por que essa pauta apresentada pelo Renan [Agenda Brasil], e que o Brasil conhece há tempo, não anda?

Por quê?

Interesses corporativos.

Mesmo com o Brasil na iminência de chegar à taxa de desemprego de dois dígitos?

Acredito que, diante do apelo do Delfim e de tantos outros economistas, o próprio Congresso deveria ter esse proativismo de ser protagonista dessas matérias e elaborar uma pauta que não esteja só concentrada em interesses de meia dúzia. Não precisa da presidente Dilma pedindo isso. O Congresso é representante do povo.

O impeachment da presidente ainda é uma preocupação do governo e pode voltar a ganhar força no Congresso?

Acho que este debate sobre impeachment atrapalha muito a economia. Desloca energia do governo, do Congresso, de todos, e atrapalha a tramitação de uma agenda de solução da nossa crise econômica.

Não há nada contra a presidente que possa levar a seu impeachment. O que tem feito a oposição? Quer o impeachment da presidente, aí fica procurando um motivo. Impeachment só tem sentido quando você encontra algo grave contra um presidente, e não o contrário.

RAIO-X KÁTIA ABREU, 53

Formação: Psicologia pela Universidade Católica de Goiás

Carreira: deputada federal (eleita em 2002); senadora (eleita em 2006 e 2014); ministra da Agricultura

Artigo: Pra frente, Brasil!

26/01/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Perde o sono quem se debruça a avaliar os inúmeros problemas globais deste início de ano. Ao mau humor brasileiro somam-se avaliações bastante pessimistas sobre o comportamento da economia mundial.

Para o Brasil, a má notícia, pior de todas, é o desaquecimento da China, o grande consumidor de commodities industriais e agrícolas. O crescimento da economia da China, de 6,9% em 2015, ainda é robusto quando comparado com os dos demais países emergentes ou desenvolvidos, mas está longe do conhecido "ritmo chinês" dos últimos 25 anos, quase sempre em índices de dois dígitos.

O desaquecimento da demanda chinesa derruba o preço das matérias-primas, desde o petróleo até os metais e as commodities agrícolas.

No caso do petróleo, a estratégia dos grandes produtores, que visa a inviabilizar a concorrência de outras fontes de energia, levou o preço a níveis inacreditavelmente baixos. Desde junho de 2014, em pouco mais de um ano e meio, portanto, a cotação do barril de petróleo caiu 70%, de US\$ 110 para US\$ 30.

Nesse cenário, as petrolíferas, entre elas a Petrobras, já adiaram quase 70 projetos de exploração ao redor do mundo, o que levou a um corte de investimentos de quase de US\$ 400 bilhões no ano passado.

O efeito petróleo se espalha por todas as cadeias globais. A Europa patina, os emergentes perdem posições e só a economia americana ainda vai bem.

Além disso, há uma série de problemas geopolíticos, sendo o principal deles o grande número de imigrantes do Oriente Médio que buscam refúgio na Europa.

Nesse contexto se enquadra o Brasil, com seus velhos problemas internos –tributação elevada, juros exorbitantes, burocracia, baixa produtividade e corrupção–, agravados por crise política e polarização ideológica.

O que fazer? Como voltar a crescer e a criar empregos?

Ninguém tem fórmula mágica, mas é preciso agir. Não dá para o país aguardar sentado a melhora das condições globais.

A desvalorização do real, uma das maiores entre as moedas emergentes, já começou a ajudar as exportações. É indispensável incentivá-las ainda mais, especialmente nas áreas em que o país é competitivo, como em produtos agroindustriais.

Não se pode esperar, porém, que a recuperação da economia venha apenas do impulso exportador. Até porque, segundo todas as previsões, a demanda global vai se retrair ainda mais no curto prazo com a queda do petróleo.

É obrigatório, portanto, olhar para o vasto mercado interno, com mais de 200 milhões de consumidores. Reativá-lo é possível, apesar do pessimismo e das críticas injustas ao modelo adotado na crise de 2008. É obrigatório também retomar investimento em infraestrutura e construção, grandes geradores de emprego.

A receita para reaquecer o consumo interno passa pelo crédito. Às famílias endividadas e inadimplentes pode ser oferecida a renegociação dos empréstimos com juros civilizados. E às empresas combatidas, refinanciamentos para que possam levantar e andar.

Os juros civilizados são fundamentais. Na semana passada prevaleceu o bom senso, quando o Banco Central abortou uma elevação da Selic. Um país arrasado pela recessão não pode aumentar sua taxa básica de juros, a menos que queira ser motivo de chacota global.

Por fim, o país precisa de um choque de confiança, que poderia vir da apresentação de um plano de reformas, há muito esperadas, ao Congresso.

Nova tecnologia de medidores laser soluciona o problema da expansão térmica nas medições de diâmetros de precisão

26/01/2016 – Fonte: CIMM

A tecnologia NO-VAR (NO-VARiation) desenvolvida para os Micrômetros Laser Aeroel Laser permite obter simplesmente medições perfeitas de diâmetro, mesmo em ambientes não controlados, quando a temperatura ambiente é significativamente diferente da temperatura de referência (20°C).

Graças a esta nova tecnologia é possível obter, no chão de fábrica ou em linha, os mesmos resultados que seriam obtidos em uma sala de metrologia com temperatura controlada, independente do material, mesmo que a temperatura ambiente varie alguns graus/hora.

Você não precisará mais que se preocupar com recalibrações freqüentes de instrumentos quando a temperatura ambiente variar, nem tampouco levar em conta a expansão da peça.

O problema da expansão térmica

Qualquer processo de medição deve considerar o efeito da temperatura ambiente, que afeta tanto o instrumento de medição quanto a peça a ser medida. Mesmo que tivéssemos um instrumento “perfeito”, que não fosse afetado pela temperatura ambiente, teríamos que considerar o efeito da temperatura da sala sobre as dimensões da peça.

É bem sabido, por exemplo, que uma diferença de temperatura de 10°C resultará em uma mudança de 3.6 µm em uma peça de aço de 30mm, já que o coeficiente de expansão térmica típico do aço é de aproximadamente +0.012 µm/mm °C. Na prática, a este desvio você deve adicionar o erro térmico do instrumento, que geralmente não é conhecido ou não é perfeitamente reproduzível.

Como resultado, até agora, ninguém podia prever com precisão razoável o erro total de medição quando o instrumento trabalha a uma temperatura diferente da de referência (20°C).

A única forma de evitar este problema era efetuar freqüentes operações de recalibração, usando uma peça padrão feita do mesmo material das peças a serem medidas e armazenada próxima ao medidor e, portanto, à mesma das peças a serem verificadas.

Como nasceu a tecnologia NO-VAR?

Desde seus primórdios, os micrômetros laser Aeroel foram projetados e fabricados de forma a ter um coeficiente de expansão térmica negativo. Este valor era muito próximo ao do aço, mas com sinal invertido, de forma a auto-compensar a expansão térmica de peças de aço.

Esta característica especial tornou possível usar os micrômetros Aeroel em chão de fábrica ou em linha, para medir com precisão peças de aço, sem a necessidade de recalibrações freqüentes.

Mesmo assim, até então este efeito de auto-compensação não era perfeito, tanto porque o coeficiente de expansão térmica do aço varia dependendo do tipo de liga, como porque o coeficiente de expansão térmica do medidor não era perfeitamente conhecido e reproduzível. Adicionalmente, seria impossível compensar o coeficiente de materiais diferentes do aço (como alumínio), já que os coeficientes são diferentes.

Atualmente, graças à tecnologia NO-VAR, todos estes problemas são eliminados e os Micrômetros Laser Aeroel são perfeitos para uso em ambientes não controlados e para medir qualquer material de forma extremamente precisa.

Como foi possível alcançar este resultado?

Quatro elementos fundamentais nos permitiram alcançar este importante resultado:

- O coeficiente térmico de cada instrumento é perfeitamente conhecido e reproduzível ao longo do tempo e de variações de temperatura. Usando uma **câmara climática** para efetuar os testes, o coeficiente é medido em cada medidor e gravado em sua memória.
- O instrumento e a temperatura ambiente são medidos em tempo real por **sensores instalados no próprio medidor**.

- O **coeficiente térmico da peça** de referência sendo medida é conhecido e seu valor é **programado na memória do medidor**.

- Um software inteligente, instalado dentro do medidor, **compensa a expansão térmica** e o efeito da temperatura sobre o medidor **em tempo real e automaticamente**.

- Claro, para obter resultados precisos, a peça sendo medida e o medidor em si devem estar em uma condição de quase equilíbrio com o ambiente e a taxa de variação da temperatura ambiente é de alguns graus/hora (tipicamente inferior a 3 °C/hr).

As medições em linha

No caso de qualquer diferença de temperatura entre a peça e o ambiente, causada por exemplo pelo aquecimento da peça devido à usinagem, isto deve ser considerado separadamente, isto é, impostando um offset a ser somado ao valor medido ou alterando o valor nominal programado usado para o controle do processo.

Na verdade, mesmo que fosse possível medir a temperatura externa da peça "quente", isto não ajudaria: a expansão da peça é o resultado da distribuição de temperaturas internas, que é impossível conhecer.

Entretanto, é bastante razoável supor que o efeito de aquecimento do processo resulta em uma expansão total constante se os parâmetros do processo são também constantes (massa e formato da peça, velocidade de usinagem, temperatura do lubrificante, etc), de modo que o efeito pode ser compensado por um offset experimental constante.

Encontrar o valor de offset correto é bastante simples: apenas meça a peça “quente” imediatamente após a usinagem e a mesma peça quando ela atingiu uma condição de equilíbrio térmico com o ambiente. A diferença entre estas duas medições será o valor de offset a ser programado.

Você não precisa de uma sala de metrologia para executar esta operação: os micrômetros Aeroel serão instalados em linha ou usados em ilhas no próprio chão de fábrica e a tecnologia NO-VAR cuidará das alterações de temperatura ambiente, que é a temperatura da peça antes da usinagem.

CEO da Daimler diz que carros da Apple e Google estão a avançar

26/01/2016 – Fonte: CIMM

De acordo com a entrevista, Zetsche fez recentemente uma visita a Silicon Valley e tomou conhecimento dos projetos de carros autônomos das duas gigantes. “A nossa impressão é que estas empresas podem fazer mais e saber mais do que tínhamos previsto anteriormente”, disse o executivo ao jornal, citado pela Reuters. “Ao mesmo tempo, eles têm mais respeito pelo que nós conquistamos do que pensávamos”.

Um pormenor interessante é que, até ao momento, a Apple nunca confirmou que está trabalhando num carro (autônomo ou não), embora os rumores cresçam há vários anos.

Quanto à Google, é uma das principais empresas que está a trabalhar nesta tecnologia em Silicon Valley e começou a testar seus carros autônomos em 2012. A Daimler respondeu através de sua marca Mercedes-Benz, que desenvolveu um carro capaz de conduzir 103 quilômetros sem intervenção humana.

Por outro lado, a Califórnia também é sede dos esforços da Tesla Motors, que lidera no mercado elétrico, e da Faraday Future, um startup com apoio de um multimilionário chinês. Em ambas as marcas há intenções de desenvolver tecnologia autônoma.

Zetsche conta que se reuniu com cerca de 70 empresas em Silicon Valley, acompanhado de alguns executivos de topo. “Houve negociações concretas”, afirmou o CEO, sem revelar pormenores.

“Não foi só pelo fato de haver este espírito inovador no Valley, já sabíamos disso. Queríamos ver o que o impulsiona, todas as coisas que podem ser criadas com isso.” Além das grandes empresas, Zetsche teve contato com startups.

Numa nota separada, o CEO informou que as autoridades alemãs para veículos (KBA) passaram três dias testando vários modelos de Mercedes e Smart por causa das emissões. “Que eu saiba, não foram encontrados níveis de emissões notáveis”, afirmou.

Plena busca exportações para elevar faturamento

26/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O mesmo mercado externo que contribuiu para o Brasil amargar uma retração nas exportações de carne bovina em 2015 foi o caminho encontrado pela mineira Plena Alimentos para superar as turbulências da economia e crescer 25% em relação ao ano anterior, mesmo diante do cenário de crise.

O aumento em 80% nas exportações em comparação com 2014 foi crucial para a alta no faturamento da empresa, que, em 2016, planeja expandir os ganhos em 20%. A estratégia está na conquista de novos mercados, como o chinês e o saudita.

“O maior desafio para atingir a meta é justamente driblar a crise no mercado brasileiro,

porque sabemos que a tendência do consumo interno para 2016 é continuar diminuindo, e conseguir habilitação em grandes mercados como a China, Arábia Saudita e Líbano”, destaca o diretor de Novos Negócios da Plena, Cássio Silva.

Com a crise econômica nacional, estima-se que o consumo interno de carne bovina tenha caído 15% no ano passado. A renda menor fez com que muitas pessoas buscassem opções mais baratas, como os cortes de aves e suínos, levando muitas empresas do setor a apostar na exportação.

A Plena foi uma delas mas surpreendeu também no mercado nacional. Contrariando as expectativas, o grupo mineiro ampliou seu faturamento e volume em 18% e 6%, respectivamente, com R\$ 81,3 milhões a mais nos cofres e 2.500 toneladas adicionadas no mercado interno.

Entre os dez maiores frigoríficos do Brasil em abate, a empresa anunciou que vai investir cerca de R\$ 25 milhões em melhorias e ampliação em 2016. De olho no mercado interno, até o fim do ano, a marca promete inaugurar uma nova unidade de desossa em Paraíso do Tocantins (TO), lançar produtos e espera dobrar a produção em sua planta de supergelados em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Xangai - Para atender à demanda de outros países, o grupo já havia expandido a sua produção nas plantas de Minas Gerais, Tocantins e Goiás em 10% no ano passado. “Em maio, vamos participar de uma feira de alimentos mundial, na China, com o objetivo de promover a carne nacional.

Hoje já mandamos carne para Hong Kong, mas não temos habilitação para enviar carne para a China. Até março, vamos abrir o escritório em Xangai, e com isso esperamos entrar nesse mercado”, afirma Silva.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne (Abiec), em 2015 o setor teve queda de 18% nas exportações, em relação ao ano anterior, fechando em US\$ 5,9 bilhões. Em relação ao volume embarcado, também houve retração de 10,8%, resultado impactado diretamente por problemas que afetaram grandes mercados do País, como Rússia, Hong Kong e Venezuela.

Apesar do número negativo, a perspectiva para este ano é melhor, principalmente em função da maior competitividade do real e do fim dos embargos à carne brasileira. A projeção é de que as negociações com o mercado externo retomem os patamares de 2014, quando houve recorde histórico de US\$ 7,2 bilhões, e alcance a marca de US\$ 7,5 bilhões.

Artigo: Sistema gerencial em momentos de crise: a simplicidade enfrenta a complexidade

26/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Então você se encontra em um ambiente de crise econômica e política sem precedentes e como gestor deve atuar para garantir a sobrevivência de seu negócio. O que é pior, há sinais de que a crise será persistente, a complexidade do mercado só tende a aumentar e a previsibilidade é baixíssima. O que fazer em um momento como esse?

Com certeza devem ser mobilizadas as ferramentas de gestão mais complexas? Não, ao contrário! Este é o momento da simplicidade e da objetividade na tomada de decisão e na condução de ações.

A gestão tática deve se concentrar no monitoramento e ação sobre indicadores específicos para que se possa atravessar o período de crise sem maiores sobressaltos. Vamos usar as quatro perspectivas do BSC para ilustrar a objetividade sugerida.

Na perspectiva financeira, sugere-se o foco nos indicadores de custo, fluxo de caixa e geração de caixa. Na perspectiva de clientes destacam-se os indicadores comerciais de evasão/retenção, margem de contribuição por produto e inadimplência da carteira.

A perspectiva de processos internos deve se concentrar na gestão da produtividade, e na ocupação da capacidade disponível. Quanto à perspectiva de aprendizado e crescimento o foco deve ser na mensuração da entrega de cada indivíduo ou equipe.

As competências emergenciais (vinculadas à geração dos resultados prioritários) devem ser focadas e por isso o indicador de alinhamento de capacidade e qualificação (grau e quantitativo), bem como o indicador de resultado alcançado por indivíduo e equipe são o foco de análise neste momento.

Em síntese, momentos de crise pedem: (1) redução de custo e fluxo de caixa positivo; (2) retenção de clientes, redução da inadimplência e portfólio de produtos com margem de contribuição elevada; (3) produtividade elevada e ocupação plena da capacidade; (4) aplicação de competências emergenciais e mensuração do resultado por equipe e indivíduo.

São indicadores básicos que devem ser geridos de forma a desdobrar iniciativas rápidas com efeito no curto prazo. A cegueira comum a tais períodos se deve principalmente à busca de ferramentas e processos gerenciais complexos para lidar com a turbulência do ambiente.

Tais ferramentas não atenderão à velocidade de resposta demandada pelo ambiente, além de consumir recursos (como tempo e dinheiro) significativos para a sobrevivência do negócio.

(Marcelo Alvim Scianni: Sócio-diretor da DMEP).

Cobre opera em alta na LME após avanço da Ásia

26/01/2016 – Fonte: Exame



Os contratos futuros de cobre operam em alta, impulsionados pelo desempenho positivo dos mercados asiáticos. As bolsas de Tóquio e Xangai fecharam com ganhos em meio às expectativas de mais estímulos monetários. O Banco do Japão (BoJ) se reúne no fim desta semana.

Na semana passada o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, alimentou a esperança de mais estímulos dos grandes bancos centrais globais ao dizer que a instituição deve revisar sua política no encontro de março.

De todo modo, o cenário continua incerto. Contrariando o movimento na Ásia, as bolsas europeias passaram a cair diante de um novo declínio nos preços do petróleo. Além disso, as preocupações com a desaceleração da economia da China e os baixos preços das commodities fazem os analistas alertarem para a cautela dos investidores.

"O sentimento entre os investidores financeiros especulativos permanece pessimista", comentaram analistas do Commerzbank em nota a clientes. O banco acrescentou que a posição líquida vendida em cobre aumentou pela terceira semana consecutiva.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses subia 0,35%, para US\$ 4.460 por tonelada, depois de fechar na máxima em duas semanas na sexta-feira.

O alumínio avançava 0,37%, para US\$ 1.486 por tonelada; o zinco ganhava 0,13%, para US\$ 1.511 por tonelada; o níquel caía 1,14%, para US\$ 8.645 por tonelada; o chumbo recuava 0,3%, para US\$ 1.638 por tonelada; e o estanho tinha alta de 0,48%, para US\$ 13.645 por tonelada.

Na Comex, o cobre para março opera em torno da estabilidade e, às 11h15 (de Brasília), tinha leve queda de 0,07%, para US\$ 2,0010 por libra-peso.

Projeto fixa alíquota única de ICMS para microempresa em substituição tributária

26/01/2016 – Fonte: Portal Contábil

A Câmara dos Deputados analisa Projeto de Lei Complementar (PLP 45/15) do Senado que fixa em 3,95% a alíquota de ICMS dos produtos sujeitos à substituição tributária adquiridos por empresas enquadradas no Simples Nacional.

O projeto de lei complementar altera a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06). Atualmente, as micros e pequenas empresas submetidas ao regime de substituição tributária pagam a mesma alíquota da cadeia produtiva em que estão inseridas.

Restituição

A proposta do Senado altera também a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96) para incluir uma nova hipótese de restituição do ICMS nos casos de substituição tributária, para beneficiar micros e pequenas empresas. Hoje, a lei assegura a estes contribuintes o direito à restituição de valor quando o fato gerador presumido (a venda) não se realizar.

O projeto prevê a compensação também quando a venda se realizar com base de cálculo inferior à estimada pela Secretaria da Fazenda estadual. Ou seja, se a microempresa pagar um tributo superior ao estimado pela secretaria, ela terá direito à diferença.

Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado, segue para votação pelo Plenário da Câmara.

Receita confirma IR de 25% sobre remessas ao exterior, mas isenta saúde e educação

26/01/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A Receita Federal confirmou em instrução normativa que a incidência da alíquota de 25% do Imposto de Renda sobre remessas ao exterior para pagamento de prestação de serviços relacionados a viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais está valendo desde o dia 1º de janeiro deste ano.

A alíquota de 25% aplica-se a despesas com hotéis, transporte, hospedagem, cruzeiros marítimos e pacotes de viagens, por exemplo.

Publicada no Diário Oficial da União (DOU), a instrução normativa da Receita isenta da cobrança do IR as remessas ao exterior destinadas a fins educacionais, científicos ou

culturais e para pagamento de taxas escolares, taxas de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados e taxas de exames de proficiência.

Também dispensa o recolhimento do imposto referente a despesas médico-hospitalares no exterior.

O texto ainda estabelece uma alíquota de IR menor - de 15% - sobre os rendimentos recebidos por companhias de navegação aérea e marítima, domiciliadas no exterior, de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil.

Até o fim de 2015, remessas para pagamentos de serviços turísticos, de negócios e educacionais prestados no exterior eram isentas de Imposto de Renda Retido na Fonte, num limite mensal de R\$ 20 mil.

Para as agências de viagem, a isenção tinha o limite de R\$ 10 mil por mês por passageiro. Com o fim do benefício fiscal previsto em lei no dia 31 de dezembro, a alíquota do tributo subiu para 25% no começo deste ano.

O setor de turismo espera que o governo reveja a tributação e reduza o IR sobre as remessas ao exterior para uma alíquota de 6,38%. Uma alíquota menor, justificada por representantes da área, é necessária para evitar perdas de até R\$ 20 bilhões para a economia e a eliminação de 185 mil empregos diretos.

O setor prevê que, se for mantida a taxa de 25%, haverá uma migração em massa das remessas para pagamentos com cartão de crédito, que tem cobrança de 6,38% de IOF.

Sobram razões para o pessimismo da indústria

26/01/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Não surpreende que os industriais comecem o ano de 2016 pessimistas com relação aos próximos seis meses, pelo menos.

Todos os parâmetros pelos quais se afere o desempenho da indústria instalada no País foram péssimos em 2015. A Sondagem Industrial há pouco divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que o indicador relativo à produção fechou dezembro em 35,5 pontos, um decréscimo de 5,4 pontos em relação a novembro.

O último mês do ano é geralmente fraco para a indústria, mas a queda não foi simplesmente sazonal. Em 2014, o indicador ficou em 38,3 pontos. Como nota a CNI, o dado de dezembro é o menor valor da série mensal iniciada em janeiro de 2010.

O nível de ocupação no setor prossegue em queda livre. Informa o IBGE que o desemprego na indústria recuou 0,4% em novembro. Nos 12 meses findos em novembro, o declínio foi de 5,9% e, em relação ao mesmo mês de 2014, a taxa foi ainda pior (-7,2%).

Trata-se do 50.º resultado negativo consecutivo, verificando-se redução de empregos em 17 dos 18 setores pesquisados. A única exceção foi na área de refino de petróleo e produção de etanol (0,7%).

A dispensa de trabalhadores resultou numa diminuição real de 2,2% na folha de pagamento da indústria em novembro, descontados os efeitos sazonais. No confronto entre novembro de 2015 e o mesmo mês de 2014, o valor real da folha caiu 10,6%, taxa superior ao número de dispensas no período, fazendo presumir que tenha havido um decréscimo na média dos salários pagos pela indústria.

A perspectiva de melhoria este ano está na exportação, já que não se espera uma recuperação do mercado interno. De fato, com a desvalorização acelerada do real nos

últimos meses, tem havido uma certa reação da exportação de manufaturados (mais 3,7% nas duas primeiras semanas de janeiro, em comparação com o mesmo período de 2015), mas grande parte das indústrias ainda trabalha para restabelecer contatos e abrir mercados no exterior.

Paralelamente, tem havido uma substituição de importações de matérias-primas, partes e peças como fruto de um processo natural dentro das empresas, não como política do governo, o que também tem concorrido para a melhora da balança comercial.

Contudo, apesar desses movimentos, as perspectivas não são animadoras para as indústrias, muitas delas endividadadas, numa fase de alto custo do crédito.

Vestas investe R\$ 100 milhões em fábrica no Ceará

26/01/2016 – Fonte: Usinagem Brasil



A Vestas, companhia dinamarquesa dedicada à produção de equipamentos para a produção de energia eólica, inaugurou no último dia 19, no Ceará, sua primeira fábrica no Brasil. Com investimento de R\$ 100 milhões e geração de cerca de 500 empregos, a unidade produzirá hubs e nacelles para aerogeradores.

A expectativa da empresa, uma das líderes mundiais nesse setor, é que a produção da fábrica cearense atenda não só o mercado brasileiro, mas também o de outros países da América Latina.

De origem dinamarquesa, a Vestas atua no Brasil desde 2000, onde já possui 364 turbinas instaladas, o que representa capacidade total para gerar 713 MW de energia. A companhia informa ainda que conta atualmente com 376 MW em contratos firmes, a serem entregues com unidades produzidas no Ceará.

A nova fábrica ocupa área total de 20 mil m², no município de Aquiraz, conta com centro de estoque e distribuição e também com unidade para capacitação de pessoas, onde profissionais do Brasil e de países vizinhos passarão por cursos e treinamentos. Atualmente, a empresa opera e mantém 13 parques eólicos no país, como o da cidade de Xangri-lá (RS), que produz energia para a fábrica de automóveis da Honda, localizada em Sumaré (SP).

“Com um dos melhores ventos do mundo, o Brasil é uma das grandes apostas da Vestas para os próximos anos”, destaca Rogério Zamprona, presidente da Vestas no Brasil. “Aqui, o mercado de energia eólica tem um grande potencial de expansão. O plano de investimentos que acabamos de executar reforça nosso compromisso com o desenvolvimento do mercado de energia limpa no país”.

Com uma carteira sólida no Brasil, a Vestas obteve, no mês passado, certificado FINAME de conteúdo local do BNDES, o que confere aos compradores da companhia condições especiais junto ao banco de fomento. Para isso, a companhia articulou a criação de uma rede de fornecedores brasileiros para atender ao índice de nacionalização acima de 60% dos componentes que integram as turbinas eólicas.

A Vestas firmou parceria com as nacionais Aeris, produtora de pás eólicas, e com a ABB, responsável pela fabricação de geradores. "As parcerias com as empresas brasileiras reforçam o desenvolvimento da cadeia produtiva local e demonstram nossa confiança neste mercado", comenta Zampronha.

Mark Ferramentas inicia a produção de suportes ISO

26/01/2016 – Fonte: Usinagem Brasil



A Mark Ferramentas Industriais, fabricante de suportes para ferramentas especiais, entra em 2016 com um novo projeto. A empresa - com mais de 20 anos de atuação nesse mercado - deu início à produção de suportes ISO para as aplicações de torneamento e fresamento.

"Nós já produzimos suportes especiais para alguns dos principais players do mercado de ferramentas no Brasil. Agora estamos entrando também no segmento de suportes standard", diz Thomaz Franco, recém-contratado para ocupar o cargo de gerente Comercial. "Nosso objetivo é o de, até o final deste ano, chegar à liderança desse segmento no Brasil".

Embora o mercado conte com vários concorrentes, Franco observa que a Mark Ferramentas conta com alguns diferenciais para almejar essa posição.

"Nossas ferramentas seguem o mais rigoroso controle de fabricação, com matéria-prima de qualidade (aço 4140), usinamos as peças já temperadas em máquinas de 4 e 5 eixos (o que proporciona maior resistência e melhor qualidade), e temos cobertura em níquel químico, o que resulta em menor desgaste, melhor dissipação do calor e maior resistência à corrosão, fatores que aumentam a vida útil da ferramenta".

Com a contratação de novos funcionários, a empresa está investindo na formação de estoques dos novos itens. A princípio, estão sendo produzidos cerca de 30 itens de torneamento e fresamento. Em breve, dará início à produção também de suportes para bedames e para rosqueamento.

O gerente lembra ainda que, além dos itens especiais - como suportes para furação profunda, para brocas de trepanação e fresas abacaxi - a Mark Ferramentas também se especializou na fabricação de brocas com insertos intercambiáveis.

"Existe hoje uma carência muito grande para este tipo de brocas no mercado interno e nós disponibilizamos este tipo de ferramenta em todos os diâmetros, nas medidas até 7xD para todos os insertos existentes no mercado brasileiro".

De acordo com Franco, apesar da atual situação da economia brasileira, "a Mark Ferramentas está muito otimista para o ano de 2016. Mesmo sabendo que será um ano com a economia ainda muito retraída, temos uma perspectiva de crescimento bastante desafiadora".

Alíquota do aço preocupa indústria

26/01/2016 – Fonte: Abimaq

A indústria de máquinas e implementos agrícolas está preocupada com a possibilidade de o governo elevar a alíquota de importação de aço, insumo que representa em torno de 10% do preço final de venda dos equipamentos do setor. O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria e Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), José Velloso, disse que os próprios técnicos do governo são contra o aumento.

"Nós falamos com os técnicos do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Fazenda. A informação que temos é que 100% deles opinaram que não é procedente e que não se deve fazer (o reajuste da alíquota de importação do aço)", declarou Velloso.

Um dos impactos de um eventual aumento das taxas de importação de aço seria a elevação dos custos de produção. "Se a alíquota sobre a importação do metal passar dos atuais 12% para 24%, por exemplo, uma máquina agrícola poderia ficar até 1,5% mais cara", afirmou Velloso. Além do setor de máquinas, o da construção civil e linha branca seriam os mais prejudicados pela medida.

Velloso lembrou que, atualmente, a indústria do aço já está mais protegida que a de máquinas, pois enquanto o imposto médio sobre a importação de máquinas é 8%, o do aço é 12%. "A alíquota de importação do aço deveria ser menor, e não maior. Uma elevação sinalizaria que o país não quer priorizar a industrialização e sim produzir matérias-primas", afirmou.

Governo

O governo federal publicou recentemente uma portaria criando um grupo de trabalho interministerial para analisar o assunto, formado por técnicos do MDIC, Casa Civil e Ministério da Fazenda. O MDIC convidou ainda a Câmara de Comércio Exterior (Camex) para participar do debate, de acordo com o executivo da ABIMAQ.

O governo, segundo o executivo da ABIMAQ, não informou as novas propostas de alíquota em análise pelo grupo. "O que ouvimos foram especulações, de 20%, 25% e 35%", comentou.

Apesar da indicação do posicionamento dos técnicos, a palavra final sobre a questão é da presidente Dilma Rousseff, disse Velloso. "A decisão é da presidente. Essa informação não foi oficialmente comunicada. Temos ligado para Brasília, mas, até agora, estamos no escuro", afirmou.

A ABIMAQ apresentou ao governo federal uma lista de argumentos contra o reajuste das taxas de importação do aço. Um deles é de que enquanto a indústria do aço emprega cerca de 100 mil pessoas no Brasil, as indústrias que consomem o produto (cadeia metal mecânica e construção civil) mantêm mais de 5,1 milhão de postos de trabalho.

Além disso, o incremento do custo do aço implicaria maior custo do investimento e alta da inflação. "De todo o investimento feito no Brasil (formação bruta de capital fixo), 86% refere-se a bens que utilizam aço. O aumento da alíquota também significaria que a casa própria, os eletroeletrônicos, tudo ficaria mais caro", declarou o executivo da ABIMAQ.